26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

HOSPITALIDADE LINGUÍSTICA E JUSTIÇA EPISTÊMICA NAS FICHAS CATALOGRÁFICAS NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS REGIONAIS

LINGUISTIC HOSPITALITY AND EPISTEMIC JUSTICE IN THE CATALOGING-IN PUBLICATION RECORD IN THE AMAZON: REGIONAL PERSPECTIVES

Eddie Carlos Saraiva da Silva – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Surama Maria Oliveira Andrade – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Gilberto Gomes Cândido – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Esta pesquisa analisa como fichas catalográficas podem acolher ou apagar saberes, línguas e formas de autoria comunitária em registros sobre povos indígenas e quilombolas da Amazônia, considerando a catalogação como prática discursiva. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, apoiada em análise documental e análise do discurso, realizada com quatro fichas catalográficas selecionadas. Os casos analisados indicam a predominância de termos genéricos, a lacuna de expressões culturais e toponímias locais, a invisibilização de autorias coletivas e a tradução assimétrica de saberes comunitários para categorias acadêmicas e técnico-institucionais. Conclui-se que a ficha catalográfica pode produzir visibilidade documental sem reconhecimento epistêmico, contribuindo para apagamentos linguísticos e epistemológicos. Propõem-se, ao final, diretrizes para uma catalogação mais hospitaleira e sensível à pluralidade dos saberes amazônicos.
Palavras-chave: ficha catalográfica; hospitalidade linguística; justiça epistêmica; representação da informação; saberes Indígenas e Quilombolas.

Abstract: This research analyzes how cataloging-in-publication records can accommodate or erase knowledge, languages, and forms of community authorship in records concerning Indigenous peoples and quilombola communities in the Amazon, considering cataloging as a discursive practice. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive study, based on document analysis and discourse analysis, conducted on four selected cataloging records. The cases analyzed indicate the predominance of generic terms, the exclusion of cultural expressions and local toponyms, the lack of recognition of collective authorship, and the asymmetric translation of community knowledge into academic and technical-institutional categories. It is concluded that CIP records can produce documentary visibility without epistemic recognition, contributing to linguistic and epistemological erasures. Finally,

guidelines are proposed for more hospitable cataloging practices that are sensitive to the plurality of Amazonian knowledge systems.
Keywords: cataloging-in-publication record; linguistic hospitality; epistemic justice; information representation; Indigenous and Quilombola knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A ficha catalográfica desempenha papel relevante na organização, representação e circulação do conhecimento em contextos acadêmicos, editoriais e digitais (Borges *et al*., 2019; Silva; Amorim, 2022). Embora orientada pela padronização, envolve escolhas classificatórias que influenciam a representação de sujeitos, territórios e saberes nos sistemas de informação (Barité, 2011; Fujita, 2004).

Quando envolve povos indígenas, comunidades quilombolas e saberes territorializados, essas escolhas tornam-se mais significativas, pois a linguagem documentária pode preservar referenciais comunitários ou convertê-los em categorias mais amplas, configurando uma questão ética e epistêmica (Derrida, 2003; Fricker, 2024). Assim, o debate ultrapassa a recuperação da informação e envolve o reconhecimento de diferentes formas de conhecimento (Santos, 2006, 2009). No contexto amazônico, marcado pela diversidade linguística, cultural e epistemológica, essa discussão é especialmente relevante, pois a representação documentária pode favorecer tanto a visibilidade quanto o apagamento de conhecimentos produzidos por povos e comunidades historicamente subalternizados.

Este artigo deriva de uma pesquisa mais ampla sobre a ficha catalográfica como dispositivo discursivo e concentra-se em sua dimensão ético-linguística. O problema que orienta a análise é o seguinte: como decisões de título, autoria e descritores, em fichas catalográficas, acolhem ou apagam línguas, categorias e saberes locais, e com quais implicações para a justiça epistêmica? Para responder a essa questão, examinam-se quatro fichas catalográficas de trabalhos de conclusão de curso disponíveis na Biblioteca Digital de Monografias da Universidade Federal do Pará (UFPA), selecionadas por abordarem povos indígenas e comunidades quilombolas da Amazônia.

O objetivo geral consiste em analisar de que maneira as fichas catalográficas produzem acolhimentos ou apagamentos linguísticos e epistêmicos na representação do conhecimento. Especificamente, busca-se: identificar mecanismos de imposição ou acolhimento linguístico; mapear padrões de silenciamento e invisibilidade; e discutir possibilidades de reparação catalográfica à luz da hospitalidade linguística e da justiça epistêmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As linguagens documentárias têm sido tradicionalmente associadas à padronização terminológica, à consistência descritiva e ao controle dos processos de organização e recuperação da informação (Fujita, 2004; Barité, 2011). Essa concepção frequentemente as apresenta como instrumentos voltados à objetividade e à neutralidade técnica. Entretanto, diferentes estudos da Organização do Conhecimento têm demonstrado que sistemas de representação, vocabulários e práticas catalográficas são construções sociais e históricas, atravessadas por valores, perspectivas institucionais e disputas de significação (Barité, 2011; Hjørland, 2008). Nessa perspectiva, a linguagem não funciona como espelho da realidade, mas como materialidade por meio da qual os sentidos são produzidos, negociados e estabilizados (Orlandi, 2001; Pêcheux, 1995).

No campo da Análise do Discurso, Pêcheux (1995) e Orlandi (2001) permitem compreender que o dizer é condicionado por formações discursivas e por condições de produção que delimitam o que pode ser nomeado, descrito e recuperado. Aplicada à catalogação, essa chave analítica evidencia que a ficha catalográfica não é mero suporte administrativo, mas texto institucional que inscreve a obra em uma ordem do discurso (Silva; Amorim, 2022). Como as fichas analisadas foram geradas automaticamente pelo módulo FICAT, as diretrizes devem abranger também o formulário e o fluxo de produção dos registros. Recomenda-se incluir campos para autodenominações, variantes linguísticas e denominações territoriais, além de orientações para a escolha dos assuntos e validação bibliotecária.

Já a justiça epistêmica, conforme Fricker (2024), permite examinar se sujeitos e coletividades são reconhecidos como fontes legítimas de conhecimento. Quando comunidades aparecem apenas como tema ou objeto de estudo, e não como instâncias produtoras de saber, instala-se um desequilíbrio entre visibilidade documental e reconhecimento epistêmico. Em diálogo com Santos (2006; 2009), tal problemática pode ser relacionada a processos mais amplos de marginalização epistemológica, nos quais conhecimentos locais, oralidades e outras formas de compreensão do mundo ocupam posições periféricas nos sistemas formais de organização do conhecimento. Embora as fichas analisadas não permitam demonstrar esses processos em sua totalidade, elas podem indicar manifestações localizadas dessas dinâmicas.

Desse modo, hospitalidade linguística e justiça epistêmica constituem, neste estudo,

operadores analíticos complementares. A primeira interroga o grau de abertura da ficha à alteridade linguística (Derrida, 2003), e será observada por meio da presença, ausência ou transformação de nomes próprios indígenas e quilombolas; a segunda examina os efeitos desse acolhimento sobre a legitimidade dos saberes representados (Fricker, 2024), e será examinada a partir das formas de reconhecimento atribuídas aos sujeitos representados, da visibilidade conferida a seus conhecimentos e da maneira como autoria, temas e descritores contribuem para reforçar ou tensionar hierarquias de saber. A catalogação deixa, assim, de ser compreendida apenas como técnica de descrição e passa a ser interpretada como prática ética, simbólica e política de inscrição do conhecimento (Orlandi, 2001; Silva; Amorim, 2022).

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender processos de representação da informação e seus efeitos discursivos na organização da informação (Gil, 2008; Minayo, 2014). O estudo fundamenta-se em análise documental, entendida como procedimento que utiliza documentos como fontes primárias de dados (Gil, 2008), e na análise do discurso de tradição francesa, que compreende o discurso como prática social atravessada por relações de poder, ideologia e condições de produção (Orlandi, 2001; Pêcheux, 1995). Essa abordagem permite identificar regularidades discursivas, formas de silenciamento e estratégias de representação nos registros catalográficos.

O corpus é composto por quatro fichas catalográficas de trabalhos de conclusão de curso depositados na Biblioteca Digital de Monografias da Universidade Federal do Pará (UFPA). As fichas foram identificadas por busca na base institucional com termos relacionados a povos indígenas e comunidades quilombolas (Quadro 1). Foram selecionados trabalhos sobre esses grupos na Amazônia, disponíveis integralmente no repositório e com ficha catalográfica acessível para análise. Excluíram-se registros sem ficha ou sem informações suficientes para comparação entre o documento e sua representação bibliográfica.

Quadro 1 – Caracterização das fichas catalográficas estudadas

Ficha	Comunidade / Povo	Tipo	Tema	Curso
A	Yanomami	Indígena	Povos indígenas amazônicos, territorialidade, cultura e direitos indígenas	Geoprocessamento

B	Cupuaçu	Quilombola	Identidade quilombola, memória social, território e organização comunitária	Pedagogia
C	São Pedro	Quilombola	Saberes tradicionais, práticas socioculturais e desenvolvimento comunitário	Matemática
D	Umarizal	Quilombola	Territorialidade quilombola, patrimônio cultural e resistência social	Geoprocessamento

Fonte: elaboração própria (2026).

Conforme o Quadro 1, as pesquisas abordam territorialidade, saberes tradicionais, cultura, educação e transformações socioambientais em contextos comunitários específicos. Em conjunto, constituem um corpus adequado para discutir as relações entre representação catalográfica, hospitalidade linguística e justiça epistêmica.

Para evitar uma análise restrita às fichas catalográficas, cada registro foi comparado com elementos do respectivo trabalho acadêmico, como folha de rosto, resumo e palavras-chave. Esse procedimento permitiu identificar correspondências, omissões e reformulações entre o documento original e sua representação catalográfica. A análise foi estruturada em dois níveis: o documental, composto pelos elementos presentes nas fichas, como título, autoria, assuntos, descritores e classificação; e o interpretativo, fundamentado nas categorias de hospitalidade linguística, justiça epistêmica, silenciamento e invisibilidade.

A hospitalidade linguística foi analisada pela preservação ou substituição de nomes próprios, autodenominações, topônimos e termos de origem indígena ou quilombola. A justiça epistêmica foi examinada pelas formas de reconhecimento atribuídas aos sujeitos representados. Já o silenciamento e a invisibilidade foram identificados quando elementos relevantes dos trabalhos estavam ausentes ou reformulados na representação documental.

A análise ocorreu em quatro etapas: levantamento das fichas, caracterização dos trabalhos, comparação entre documentos e registros, e interpretação dos resultados à luz da hospitalidade linguística e da justiça epistêmica. Buscou-se, assim, compreender como decisões catalográficas podem favorecer o acolhimento, a transformação ou o apagamento de referências linguísticas e epistemológicas associadas a povos indígenas e comunidades quilombolas da Amazônia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das quatro fichas catalográficas revela diferenças entre a especificidade dos títulos e os termos de assunto. Referências a povos, comunidades, territórios e práticas culturais são preservadas nos títulos, enquanto os assuntos apresentam maior grau de generalização. O Quadro 2 mostra que elementos como Yanomami, Cupuaçu, Barcarena, São Pedro, Umarizal e calendário agrícola permanecem nos títulos, mas parte dessa especificidade é reduzida nos termos de assunto, que recorrem a categorias mais amplas. Esse resultado sugere formas desiguais de acolhimento linguístico e documental, discutidas posteriormente à luz da hospitalidade linguística e da justiça epistêmica.

Quadro 2 – Análise das representações temáticas nas fichas catalográficas estudadas

Ficha	Título da obra	Ternos de assunto na ficha	Elementos preservados	Elementos reduzidos ou generalizados
A	Implicações e proposições geotecnológicas para os povos indígenas Yanomami devido à exploração ilegal de mineração de ouro	Políticas públicas; Madeira; Recursos naturais; Indígenas	Yanomami; exploração ilegal de mineração de ouro; enfoque territorial e geotecnológico	O povo Yanomami é reduzido ao termo genérico "indígenas"; desaparecem as referências à mineração ilegal e à territorialidade específica do povo estudado
B	Corpos lúdicos de crianças da comunidade quilombola do Cupuaçu, Barcarena (PA)	Crianças; Quilombola; Corpos lúdicos	Cupuaçu; Barcarena; crianças; corpos lúdicos; pertencimento quilombola	A comunidade específica e a localização territorial deixam de aparecer nos assuntos, permanecendo apenas categorias amplas
C	Etnomatemática e o calendário agrícola da comunidade quilombola São Pedro	Etnomatemática; comunidade São Pedro	Etnomatemática; comunidade São Pedro; calendário agrícola	O calendário agrícola, elemento central do trabalho, não aparece nos assuntos; mantém-se apenas parte do título
D	Análise geoespacial da comunidade quilombola de Umarizal	Quilombola; geoprocessamento; comunidades; socioeconômico	Umarizal; comunidade quilombola; análise geoespacial	O quilombo do Umarizal está generalizado ("quilombola", "comunidades"); a dimensão territorial específica perde visibilidade

Fonte: elaboração própria (2026).

Isto posto, no contexto do quadro 2, identificam-se indícios de tradução assimétrica dos saberes locais para categorias acadêmicas e técnico-institucionais. Mesmo quando as obras tratam de territorialidades, pedagogias comunitárias e práticas agrícolas situadas, as fichas tendem a mobilizar enquadramentos disciplinares, genéricos e institucionalmente autorizados. O resultado é uma visibilidade documental que não se converte, automaticamente, em reconhecimento epistêmico.

4.1 TÍTULO E TRADUÇÃO DISCURSIVA

Os títulos das quatro fichas mantêm a formulação original das obras, mas sua estrutura evidencia uma filiação a campos disciplinares e a registros técnico-científicos hegemônicos. Nas fichas A e D, a centralidade do geoprocessamento e da análise geoespacial desloca a agência comunitária para a técnica, transformando disputas territoriais em objeto de monitoramento e gestão. Nas fichas B e C, categorias como “corpos lúdicos” e “etnomatemática” inserem experiências quilombolas em marcos universitários que não necessariamente acolhem as formas próprias de nomeação comunitária.

À luz de Orlandi (2001), esse processo pode ser interpretado como deslocamento de sentidos: o que emerge do território e da experiência coletiva é reinscrito em formações discursivas institucionais. Entretanto, como os títulos foram produzidos pelos autores dos trabalhos e apenas reproduzidos nas fichas catalográficas, essa operação não pode ser atribuída diretamente ao processo de catalogação. A tradução operada pelo título não é apenas linguística, mas discursiva, pois reorganiza o conhecimento segundo parâmetros universitários.

4.2 AUTORIA E RECONHECIMENTO EPISTÊMICO

Nas quatro fichas, a autoria é apresentada de forma individual e acadêmica, conforme os padrões universitários de legitimação do conhecimento. Não há registros de autoria coletiva nem de reconhecimento explícito de lideranças, agricultores, famílias ou organizações comunitárias como produtoras de conhecimento. Mesmo quando a pesquisa se apoia em saberes comunitários, estes aparecem como fonte ou objeto de estudo, e não como produção epistêmica compartilhada. Contudo, essa ausência não constitui, por si só, evidência de injustiça testemunhal, pois as fichas reproduzem a responsabilidade intelectual declarada nos trabalhos acadêmicos.

À luz de Fricker (2024), tal padrão pode ser lido como possíveis implicações para o reconhecimento epistêmico de determinados grupos não é reconhecida no registro documental. Em diálogo com Orlandi (2001), observa-se que essa operação desloca o lugar dos sujeitos: comunidades produtoras de saber passam a figurar como objetos de enunciação, enquanto a universidade permanece como instância que autoriza.

4.3 ASSUNTOS, DESCRITORES E GENERALIZAÇÃO TEMINOLÓGICA

Os termos de assunto registrados nas fichas são amplos, genéricos e pouco aderentes à complexidade sociocultural das obras. Termos como “indígenas”, “quilombolas”, “crianças”, “comunidades” e “socioeconômico” funcionam como rótulos de alta abrangência, mas baixa densidade interpretativa. Neles, desaparecem referências a cosmopolíticas Yanomami, pedagogias negras amazônicas, calendários agrícolas comunitários, toponímias e conflitos fundiários específicos.

Contudo, não é possível afirmar que esses termos sejam provenientes de vocabulários controlados, pois as fichas foram geradas automaticamente pelo módulo FICAT com base em dados fornecidos pelos autores. Assim, as escolhas resultam da interação entre autores, sistema automatizado, parâmetros institucionais e eventual validação bibliotecária. Conforme Barité (2011), o controle terminológico é ambíguo porque organiza e, simultaneamente, restringe. Sob a perspectiva de Pêcheux (1995), a redução da polissemia dos fenômenos sociais a categorias mais abrangentes produz efeitos de estabilização discursiva. Os resultados sugerem que a generalização ocorre principalmente na passagem da especificidade presente nos títulos para os termos de assunto registrados nas fichas.

4.4 SILENCIAMENTOS E INVISIBILIDADES

Os silenciamentos identificados não se resumem à ausência de um ou outro termo, mas compõem o próprio modo como a ficha produz sentido. Não aparecem, nas fichas, oralidades, nomes tradicionais, cosmologias, memórias territoriais, temporalidades comunitárias, narrativas de resistência ou categorias nativas. Em seu lugar, surgem expressões mais abstratas e funcionalizadas, compatíveis com a linguagem técnico-bibliográfica.

Entretanto, não se pode afirmar documentalmente o apagamento de oralidades, cantigas, cosmologias, memórias territoriais, narrativas de resistência ou categorias nativas sem demonstrar que esses elementos estavam presentes nos trabalhos analisados e seriam

relevantes para sua representação. Segundo Orlandi (2001), o silêncio é parte constitutiva do discurso. Assim, o não dito nas fichas não representa lacuna neutra, mas forma ativa de significação. Nesse sentido, os resultados apontam mais para possíveis reduções de especificidade na representação do que para apagamentos absolutos ou generalizados.

4.5 HOSPITALIDADE LINGUÍSTICA: ENTRE ACOLHIMENTO RECUSADO E TRADUÇÃO TOTAL

Nas quatro fichas, predomina o português técnico-normativo, sem abertura à coexistência de termos em língua indígena, expressões afro-amazônicas, neologismos comunitários ou glosas explicativas culturalmente situadas. Entretanto, os resultados não indicam uma recusa absoluta da hospitalidade linguística, uma vez que os títulos preservam referências a Yanomami, Cupuaçu, Barcarena, comunidade São Pedro, Umarizal, calendário agrícola, corpos lúdicos e etnomatemática.

À luz de Ricoeur (2011) e Derrida (2003), a hospitalidade linguística pressupõe acolher a alteridade sem eliminá-la. As fichas analisadas revelam uma hospitalidade parcial: especificidades linguísticas e territoriais são preservadas nos títulos, mas nem sempre nos termos de assunto. Também é necessário considerar as condições de produção dos registros. Como as fichas foram geradas automaticamente pelo módulo FICAT com base em dados fornecidos pelos autores, os resultados decorrem da interação entre autores, sistema e procedimentos institucionais.

4.6 JUSTIÇA EPISTÊMICA E VISIBILIDADE SEM RECONHECIMENTO

A relação entre ausência terminológica e injustiça epistêmica não é aqui tomada como automática. O que a análise permite mostrar é que, quando as ausências se articulam a padrões recorrentes de tradução, generalização e apagamento, elas podem produzir indícios de redução hermenêutica e possíveis implicações para o reconhecimento dos saberes representados. Nas quatro fichas, as comunidades aparecem como tema e destinatárias do problema, mas raramente como fontes legítimas de interpretação conceitual do mundo social que descrevem. Em termos de Fricker (2024), a análise sugere limites na capacidade da representação documental de incorporar plenamente certas experiências e formas locais de conhecimento. Contudo, as fichas, por si sós, não permitem demonstrar a ocorrência de injustiça testemunhal nem os efeitos concretos dessas representações.

Há, sem dúvida, um efeito positivo de visibilidade, pois as fichas registram a existência

dessas comunidades em sistemas formais de conhecimento. Contudo, trata-se de uma visibilidade documental que nem sempre é acompanhada pela preservação da especificidade cultural, territorial e linguística presente nos trabalhos originais. Essa diferença entre aparecer no sistema e ser reconhecido como produtor de conhecimento é central para compreender a dimensão epistêmica da representação documentária.

5 DIRETRIZES PRELIMINARES PARA UMA REPRESENTAÇÃO CATALOGRÁFICA MAIS HOSPITALEIRA

Os resultados sugerem a necessidade de práticas de representação catalográfica mais atentas à pluralidade linguística e epistêmica dos contextos amazônicos. As recomendações apresentadas respondem especialmente à tendência de generalização observada nos termos de assunto registrados nas fichas, em contraste com a maior especificidade preservada nos títulos dos trabalhos. Entre as possibilidades de reparação, destacam-se: manutenção de termos em línguas indígenas, autodeterminações e expressões empregadas pelas próprias comunidades, acompanhados de tradução ou explicação entre colchetes, quando necessário, sem eliminação da forma de origem; utilização de notas explicativas ou contextuais, conforme as possibilidades do sistema e as normas adotadas, para contextualizar categorias comunitárias e territorialidades específicas; registro de toponímias tradicionais; reconhecimento de autoria coletiva, tradicional ou comunitária quando formalmente registrada e metodologicamente justificada; e adoção de dupla indexação, combinando termos amplamente utilizados nos sistemas de recuperação da informação com termos culturalmente situados ou provenientes das próprias comunidades.

Além disso, recomenda-se a construção progressiva de vocabulários ampliados, capazes de incorporar categorias concernentes a calendários agrícolas, cosmopolíticas, territorialidades e formas locais de pedagogia e infância. Esse processo, contudo, não deve ocorrer exclusivamente por iniciativa institucional, devendo contar, sempre que possível, com a participação das comunidades representadas na seleção, definição e validação dos termos.

Como as fichas analisadas foram geradas automaticamente pelo módulo FICAT com base em dados fornecidos pelos autores, as diretrizes devem contemplar também o formulário e o fluxo de produção dos registros. Recomenda-se incluir campos para autodenominações, variantes linguísticas e denominações territoriais, além de orientações para a escolha dos assuntos, distinção entre termos controlados e livres e validação

bibliotecária quando necessária. Essas medidas não eliminam as exigências da catalogação, mas podem ampliar sua capacidade de representar com maior responsabilidade os contextos sociais dos documentos, favorecendo formas mais inclusivas de acolhimento linguístico e reconhecimento da diversidade epistemológica amazônica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das quatro fichas catalográficas não revela um processo de apagamento total da alteridade. Ao contrário, nomes de povos, comunidades, territórios e práticas culturais permanecem preservados nos títulos das obras. Entretanto, essa especificidade nem sempre se mantém nos termos de assunto das fichas, gerando acolhimentos parciais e reduções terminológicas. Assim, a representação documental promove visibilidade, mas nem sempre preserva integralmente as referências culturais, territoriais e linguísticas dos trabalhos originais. Quanto à justiça epistêmica, os resultados sugerem possíveis implicações para o reconhecimento dos saberes representados, sobretudo quando conhecimentos situados são descritos por categorias mais amplas. Contudo, o corpus não permite afirmar os efeitos dessas representações sobre comunidades, usuários ou processos de reconhecimento epistêmico.

A pesquisa apresenta limitações, pois se baseia em apenas quatro fichas catalográficas, impossibilitando generalizações. Também não foram realizadas entrevistas com autores, bibliotecários, gestores, usuários ou comunidades representadas, nem investigado em profundidade o funcionamento do módulo FICAT. Além disso, a identificação de reduções ou omissões depende da comparação entre as fichas e os trabalhos acadêmicos.

Ainda assim, o estudo aproxima os debates da Organização do Conhecimento, da Análise do Discurso, da hospitalidade linguística e da justiça epistêmica, compreendendo a ficha catalográfica como espaço de mediação simbólica e cultural. Como desdobramentos, recomenda-se ampliar o corpus, investigar sistemas automatizados de geração de fichas, analisar instrumentos terminológicos e incorporar a perspectiva dos diferentes atores envolvidos na produção e organização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, Mario. Sistemas de organização do conhecimento: uma tipologia atualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 122-139, 2011. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9952. Acesso em: 29 mar. 2026.

BORGES, Graciane Silva Bruzinga; MIRANDA, Letícia dos Santos; CARVALHO, Mariana Freitas Canielo de; ARAÚJO, Celsiane Aline Vieira; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Ficha catalográfica dinâmica como recurso educacional para cursos de biblioteconomia. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 5, n. 8, p. 11970-11983, 2019. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2768. Acesso em: 29 mar. 2026.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

FRICKER, Miranda. **Injustiça epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. São Paulo: EdUSP, 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-23, 2004. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/6568. Acesso em: 29 mar. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86–101, 2008. Disponível em: DOI: 10.5771/0943-7444-2008-2-3-86 Acesso em: 29 mar. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RICOEUR, Paul. **Sobre a tradução.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo.** Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SILVA, Eddie Carlos Saraiva da; AMORIM, Maika Rodrigues. Organização e representação da informação na catalogação na fonte. **Folha de Rosto,** Cariri, v. 8, n. 2, p. 115-143, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/207138. Acesso em: 29 mar. 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), com a concessão de bolsa de doutorado, – Código de Financiamento 001.